

O PROCESSO HISTÓRICO DE
FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA:
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

The historical process of the working class
formation: some considerations

ALEXANDRE FORTES

<http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942016000300002>

Alexandre Fortes é mestre e doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas, e professor associado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (fortes.ufrj@gmail.com).

Artigo recebido em 24 de agosto e aprovado para publicação em 11 de outubro de 2016.

RESUMO

O artigo enfoca a necessidade de atualização conceitual no debate sobre o processo histórico de formação da classe trabalhadora. Parte da análise das referências que influenciaram o desenvolvimento da história do trabalho no Brasil a partir dos anos 1980. Examina aspectos ainda pouco explorados da obra de E. P. Thompson e discute em que medida ela permanece atual. Por fim, sistematiza contribuições de diversos autores que vêm buscando reformular as abordagens sobre o tema de modo a enfrentar novos desafios políticos e conceituais.

PALAVRAS-CHAVE: formação de classe; trabalhadores; E. P. Thompson.

ABSTRACT

The article focuses on the need of a conceptual update in the debate about the historical process of formation of the working class. It starts from the analysis of the references that influenced the development of labor history in Brazil in the 1980s. It examines aspects still little explored in the works of E. P. Thompson and discusses in what extent they remain updated. Finally, it systematizes contributions by several authors that search to redefine approaches of the issue in order to face new political and conceptual challenges.

KEYWORDS: class formation; workers; E. P. Thompson.

RÉSUMÉ

L'article met l'accent sur la nécessité d'une mise à jour conceptuelle du débat sur le processus historique de formation de la classe ouvrière. Il part de l'analyse des références qui ont influencé le développement de l'histoire du travail au Brésil à partir des années 1980. Il examine des aspects encore peu explorés de l'oeuvre de E. P. Thompson et discute dans quelle mesure elle reste actuelle. Enfin, il systématise les contributions de plusieurs auteurs qui ont cherché à reformuler les approches de la question afin de répondre aux nouveaux défis politiques et conceptuels.

MOTS-CLÉS: formation de classe; ouvriers; E. P. Thompson.

O conceito de classe social ocupou lugar de destaque nos modelos analíticos construídos pelas principais correntes teóricas das ciências sociais a partir da Revolução Industrial. O auge da classe como paradigma explicativo pode ser situado no período entre o final do século XIX e o imediato pós-guerra, marcado pelo aumento da força dos movimentos políticos baseados em organizações de trabalhadores, chegando em alguns casos à conquista de poder por via eleitoral ou insurrecional. Esse processo político global foi coroado pela combinação entre o surgimento de um bloco de países socialistas e a formação de um Estado de Bem-Estar Social na Europa Ocidental. Assim consolidou-se, no campo marxista, a perspectiva teleológica esboçada no século anterior, que identificava classe como a única chave explicativa objetiva para o conflito e a “evolução” social, descartando outros fatores como “resíduos”, “ilusões ideológicas” ou “contradições secundárias”.

A partir do final da década de 1960, porém, o poder explicativo do conceito de classe passou a sofrer crescentes questionamentos. Inicialmente, a emergência de novos movimentos sociais identitários vinculados, entre outros elementos, a gênero, raça e geração, colocou em xeque a centralidade absoluta da lógica classista no campo da esquerda (Melucci, 1980; Offe, 1985; Laclau, 1986; Melucci, 1989; Touraine, 1989). A ressurgência do fator religioso na articulação de identidades políticas coletivas, que chamou a atenção do mundo a partir da Revolução Iraniana de 1979 e assumiu novo caráter após os atentados de 11 de setembro de 2001, também contribuiu para a marginalização das análises sócio-políticas articuladas em termos de classe. Esse processo se aprofundou à medida que o desmoronamento do bloco soviético, a crise do Estado de Bem-Estar Social e a desindustrialização nos países capitalistas centrais desencadearam uma crise do pensamento marxista.

O presente artigo pretende sistematizar algumas reflexões sobre a renovação do debate conceitual referente ao processo de formação da classe trabalhadora. Ele parte da análise das referências teóricas que influenciaram a reformulação das abordagens sobre a história do trabalho brasileira e das suas condições de recepção nos anos 1980. Num segundo momento, tecemos algumas considerações sobre as reflexões referentes aos conceitos de “classe”, “formação de classe” e “luta de classes” na obra de E. P. Thompson e de outros marxistas britânicos. Por fim, dialogamos com diversos outros autores que têm oferecido contribuições inovadoras buscando atualizar e ampliar o escopo das análises sobre os processos de formação de classe.

REPENSANDO CLASSE NO BRASIL DOS ANOS 1980: CONTEXTO E PARADIGMAS¹

O Brasil ocupa um lugar peculiar no quadro traçado acima. O final da década de 1970 foi marcado pelo fenômeno do “novo sindicalismo”, que se desdobrou posteriormente num protagonismo de lideranças gestadas nos movimentos de trabalhadores na política nacional. Essa política de base classista, contudo, coexistiu desde o início com a expansão de um leque diversificado de movimentos sociais. O debate acadêmico sobre o conceito de classe social na década seguinte expressa em grande medida as particularidades desse ambiente político-social.

O aumento do interesse pelos estudos históricos sobre o processo de formação da classe operária pode ser mapeado pela própria datação das primeiras edições brasileiras de alguns trabalhos clássicos. A coletânea *Os trabalhadores*, de Eric Hobsbawm, publicada originalmente em 1965, foi lançada no Brasil em 1981, apesar de diversos outros trabalhos do autor terem ampla circulação no país desde o início da década de 1970. Já no caso de *Mundos do trabalho*, apenas três anos se passaram entre o lançamento da edição original e o de sua tradução brasileira, em 1987. No mesmo ano, chegava ao alcance do leitor brasileiro o clássico *A formação da classe operária inglesa*, de E. P. Thompson, cuja edição original 24 anos antes revolucionara o debate sobre o tema.

Os britânicos, porém, não eram os únicos historiadores a influenciar o debate brasileiro. Em círculos mais especializados, os trabalhos dos norte-americanos David Montgomery e Herbert Gutman tiveram um impacto significativo. Montgomery (1979) chamou a atenção para o tema do “controle operário”, que ofereceu novas perspectivas para a análise da relação da resistência do trabalho artesanal e/ou especializado frente ao processo de expropriação do saber operário inerente aos modelos tayloristas e fordistas de organização da grande indústria. Trabalhos posteriores do mesmo autor enfocando a ascensão e refluxo do movimento operário organizado norte-americano entre o final da Guerra Civil e meados da década de 1920 (Montgomery, 1987) ou as lutas dos trabalhadores pelos direitos de cidadania ao longo do século XIX (Montgomery, 1993) também trouxeram contribuições relevantes para os historiadores do trabalho no Brasil. Herbert Gutman, outro pioneiro norte-americano, despertou interesse tanto pela combinação de estudos sobre trabalhadores escravizados e livres (Gutman, 1977) quanto pelas contribuições inovadoras ao estudo do tema da cultura operária (Gutman, 1976). Da rica historiografia francesa, merece destaque a contribuição de Michelle Perrot (1988), cuja ênfase nas conexões entre as experiências de operários, mulheres e transgressores da lei frente à ordem burguesa ajudou a superar visões dicotômicas e reducionistas sobre o processo de formação de classe.

Duas outras vertentes de estudos também contribuíram para moldar as abordagens sobre o processo de formação de classe no campo dos estudos do trabalho no Brasil.

Em primeiro lugar, os trabalhos dos autonomistas franceses e italianos. Cornelius Castoriadis (1985) destacou o aspecto político da luta ocorrida no interior das fábricas, na qual diversas estratégias são desenvolvidas pelos trabalhadores para impedir a plena extração da mais-valia. Outro líder do grupo "Socialismo ou Barbárie", Claude Lefort (1983), tornou-se igualmente influente nos debates sobre a relação entre autonomia dos movimentos sociais e democracia. Félix Guattari (1981), importante elo de ligação entre experiências autonomistas na França e na Itália, além de expoente da filosofia pós-estruturalista em suas colaborações com Gilles Deleuze, tornou-se conhecido no período no Brasil por suas teses sobre a "revolução molecular" expressa nos novos movimentos sociais. Mas o principal centro das formulações teóricas sobre a "autonomia operária" era a Itália sacudida pelo *Autunno Caldo* de 1969. Na visão de Mário Tronti (1976), os acontecimentos italianos teriam expressado essa autonomia tanto em relação ao ciclo do capital (greves em período recessivo), quanto na relação entre operários e suas organizações históricas (confronto entre uma nova configuração de classe, formada por migrantes recentes contra sindicatos e partidos integrados aos sistemas institucionais do pós-guerra). Toni Negri (1980) partiu do conceito de "operário massa" de Tronti para formular a ideia de que, como a reprodução ampliada do capital disseminava-se no capitalismo contemporâneo para muito além da fábrica, outros segmentos protagonistas das novas lutas poderiam ser vistos como "operários sociais". A descrição e contextualização do processo italiano de conexão entre movimentos sociais e novas formulações teóricas tornou-se mais conhecida no Brasil com a publicação de duas entrevistas com Massimo Canevacci realizadas pelo coletivo da revista *Desvios* (Mattos, 1985 e 1986).

Outros autores também deram contribuições decisivas para aguçar a sensibilidade dos pesquisadores brasileiros sobre a complexidade das lutas no chão de fábrica e as teias de poder que perpassam o processo de trabalho. Robert Linhart (1983 e 1986) tornou-se uma referência importante tanto pelo detalhado relato, perpassado por exercícios analíticos, de sua experiência como operário na empresa automobilística Citroën, quanto pela obra subsequente sobre os dilemas da relação entre leninismo e taylorismo no processo de industrialização da Rússia pós-revolucionária. A crítica política do processo de trabalho também se beneficiou do provocativo ensaio de Marglin (1980) que questionava "Para que servem os patrões?". Outro trabalho, geralmente mal compreendido, foi *Adeus ao proletariado*, de André Gorz (1987), que analisava os potenciais das novas tecnologias produtivas e defendia uma nova utopia, na qual apenas os itens necessariamente padronizados fossem produzidos com poucas horas de trabalho de cada cidadão em unidades industriais,

deixando-se o restante da vida material a cargo de um setor artesanal descentralizado. Mas é provável que a obra do período de repercussão mais duradoura tenha sido *Manufacturing consent*, na qual Michael Burawoy (1979) aplicou as formulações gramscianas sobre hegemonia às entranhas da produção fabril, além de oferecer perspectivas inovadoras sobre o papel da ludicidade na experiência operária.

Esse rápido e incompleto apanhado sobre trabalhos e autores em circulação entre os pesquisadores que processavam o impacto do novo sindicalismo no Brasil na década de 1980 visa apenas indicar que, por mais relevante e duradoura que tenha sido a influência de E. P. Thompson, a expansão e diversificação da história do trabalho que se seguiu não pode ser explicada apenas pela leitura de um prefácio de seis páginas que afirmava que a classe operária “estava presente ao seu próprio fazer-se” (Thompson, 1987a: 9).

Se as formulações mais conhecidas de Thompson são ainda hoje identificadas como síntese das mudanças ocorridas nos estudos do trabalho no Brasil a partir dos anos 1980, é necessário vê-las como a ponta de um iceberg, e entender que sua recepção e impacto não podem ser compreendidos fora do contexto cujos contornos buscamos esboçar acima. A circulação e apropriação desse conjunto de referências possibilitou, em primeiro lugar, a superação de paradigmas teleológicos e vanguardistas, tanto vinculados à teoria da modernização (com seu foco na adaptação do trabalhador vindo de um mundo “tradicional” ao universo urbano-industrial) quanto na vertente leninista (baseada na memória seletiva de movimentos e militantes “exemplares”, na denúncia da “falsa consciência” das massas operárias e na instrumentalização da história do movimento operário para a luta política).

A ênfase na dimensão processual da formação de classe contribuiu também para a afirmação do tema no campo disciplinar da História, um quadro significativamente diverso daquele marcado pelo pioneirismo da sociologia nos anos 1960 e das contribuições da ciência política na década de 1970. Nos anos 1990-2000, esses novos paradigmas contribuíram também para uma ruptura de limites e dicotomias expressa na definição do escopo do GT Mundos do Trabalho da ANPUH, que se propôs congregar pesquisadores dedicados ao estudo dos trabalhadores escravizados e “livres”, urbanos e rurais, “organizados” e “não-organizados”, do mercado formal e informal.

O avanço das pesquisas e da reflexão sobre os processos político-sociais contemporâneos exige, contudo, um esforço permanente de atualização dos debates teórico-metodológicos. Nos próximos itens, buscaremos contribuir nesse sentido em dois momentos. Inicialmente, reexaminando aspectos da problemática da formação de classe na obra de Thompson e de outros historiadores marxistas britânicos. Posteriormente, pelo diálogo com contribuições inovadoras de outros autores.

REVISITANDO THOMPSON (MAIS UMA VEZ)

Passados quase 30 anos da publicação da versão brasileira de *A formação da classe operária inglesa*, a obra de Thompson permanece como referência teórica fundamental a inspirar o que já foi classificado como “o boom da história do trabalho no Brasil” (French, 2002). Entretanto, como frequentemente ocorre com trabalhos que exercem forte influência no debate intelectual num determinado momento histórico, as ideias de Thompson são muitas vezes descontextualizadas e se tornam objeto de generalizações abusivas. Em outros momentos, já nos dedicamos a releituras da obra de Thompson visando explicitar aspectos pouco explorados e refletir sobre a atualidade de suas contribuições.

No primeiro desses exercícios, destacamos que a visão thompsoniana sobre o direito, os “costumes” e as noções de justiça presentes na cultura popular, abordada de forma mais direta em trabalhos sobre o século XVIII britânico, já estava anunciada em *A formação*. Chamávamos atenção para que, no primeiro grande clássico do autor, a luta por direitos estrutura a própria periodização da narrativa, na qual os trabalhadores, a partir de uma multiplicidade de experiências, constituem uma identidade e reivindicações coletivas em âmbito nacional, plantando e nutrindo a “árvore da liberdade” legada às futuras gerações (Fortes, 1995).

Posteriormente, examinamos os argumentos que buscam estabelecer uma incompatibilidade entre as ideias de Thompson e o conceito de populismo, demonstramos que o autor não apenas utiliza o conceito em diversos momentos, mas atribui a ele um papel fundamental no processo de formação de classe. Destacamos que, para Thompson, entre 1795 e 1820 a Inglaterra viveu uma contrarrevolução, na qual “o movimento radical manteve um caráter largamente operário, tendo como teoria um populismo democrático avançado” (1987c: 411-412), e que esse processo desembocou, na década seguinte, em “uma consciência de classe, no sentido marxista tradicional” (1987c: 304). De onde se conclui que, para o autor, o conceito de populismo tanto é operacional quanto não implica nenhum questionamento da agência histórica dos trabalhadores ou da sua autoconstituição enquanto classe (Fortes, 2010).

Recentemente, analisamos como a denúncia do utilitarismo liberal constitui um fio condutor fundamental no trabalho de Thompson, estabelecendo a possibilidade de conexão da sua obra com a de Karl Polanyi, conforme voltaremos a comentar abaixo. Analisamos ainda a vinculação entre essa crítica ao utilitarismo e a visão do autor sobre as profundas diferenças entre os dois ramos constitutivos da “tradição marxista cindida”: o campo de investigação aberto do materialismo histórico e o dogmatismo doutrinário do marxismo como sistema teórico fechado sobre si mesmo. Recorrendo a diversos trechos de Thompson, demonstramos a ausência de fundamento para qualquer tentativa de vinculá-lo a concepções políticas derivadas do paradigma leninista, em particular o trotskismo (Fortes, 2013).

Mas foi num exercício de análise sobre a metanarrativa de *A formação* que oferecemos considerações mais abrangentes sobre a temática do presente artigo, que podem ser sintetizadas na seguinte autocitação:

A formação permanece instigante, dentre outros motivos, por não oferecer uma teoria das classes sociais e por não apresentar os trabalhadores como sujeitos predestinados da redenção da humanidade, mas sim por oferecer uma narrativa na qual seres humanos explorados e oprimidos por forças econômicas e políticas avassaladoras vivenciam a destruição do seu modo de vida e dos seus valores e, por vias diversificadas e não raro contraditórias, pouco a pouco constroem uma nova cultura, estabelecem sua presença coletiva e diferenciada como um novo divisor de águas no cenário nacional de uma potência capitalista hegemônica e legam à posteridade valores políticos revolucionários de impacto duradouro (Fortes, 2006: 208).

Tecemos agora algumas breves considerações sobre dois aspectos complementares da obra de Thompson: a) classe como “fenômeno histórico” e como “categoria heurística”, e b) a relação entre classe e cultura.

Em seu artigo com o provocativo título “Luta de classes sem classes?”, Thompson refere-se a seu trabalho anterior como uma análise sobre “um momento particular do processo de formação de classe” (1989: 33-34). O autor rebate as críticas sobre a suposta “ingenuidade” de suas afirmações de que “a classe é definida pelos homens ao viver sua própria história”, enfatizando que classe é uma categoria histórica, derivada da observação sobre comportamentos coletivos. Portanto, tanto a visão de que ela representa uma mera expressão de relações de produção pré-existentes quanto a ideia de que possa ser reduzida a um agregado quantitativo de indivíduos em determinadas ocupações não correspondem à realidade. Thompson critica a incorporação de uma visão estática e positivista de classe por certas correntes marxistas, que estaria na base da visão leninista do papel da vanguarda “substituta” que “sabe melhor do que a própria classe quais devem ser seus verdadeiros interesses” (1989: 35). Voltando à perspectiva histórica, Thompson distingue entre duas dimensões: a empírica e a heurística. No primeiro caso, trata-se de um fenômeno “presente na própria evidência”, pois a partir do século XIX é possível observar “na Inglaterra, França ou Alemanha industriais, instituições de classe, partidos de classe, culturas de classe, etc.”. No segundo, trata-se de abrir uma perspectiva mais ampla em que é possível aplicar o conceito a “sociedades anteriores à Revolução Industrial”, em que “classe não era um conceito acessível dentro do próprio sistema cognitivo das pessoas”. É justamente nesse caso que se torna mais evidente a anterioridade da “luta de classes”, “um conceito prévio e muito mais universal” em relação à “classe como realidade empírica”:

As pessoas se encontram em uma sociedade estruturada de modos determinados (crucialmente, mas não exclusivamente, em relações de produção), experimentam a exploração (ou a necessidade de manter o poder sobre os explorados), identificam pontos de interesse antagônico, começam a lutar por essas questões e no processo de luta se descobrem como classe, e chegam a conhecer essa descoberta como consciência de classe. A classe e a consciência de classe são sempre as últimas, não as primeiras, fases do processo histórico real (1989: 37).

A percepção da década de 1830 como momento de afirmação de “classe” no sentido “empírico” coincide com as observações de outros expoentes do marxismo britânico. Como comenta Hobsbawm (1990: 17-46), naquele momento histórico o uso do termo passou a ser compartilhado tanto pelo emergente movimento trabalhista e socialista quanto por expoentes do pensamento liberal. Já Raymond Williams (2007: 86-87), em sua detalhada análise da evolução do vocabulário das ciências sociais em língua inglesa, destaca que o desenvolvimento de classe no “sentido social moderno (...) pertence essencialmente ao período entre 1770 e 1840, que é também o período da Revolução Industrial e da reorganização decisiva da sociedade”. Observa ainda que o uso do termo para substituir “designações mais antigas para as divisões sociais tem relação com a consciência cada vez maior de que a posição social é construída e não simplesmente herdada”.

A segunda dimensão do conceito de classe apontada por Thompson (1989: 34-39), contudo, remete ao fato de que essa categoria específica para a denominação de uma nova consciência das relações sociais no século XIX lança luzes sobre processos de polarização em formações sociais anteriores. De fato, a ideia de que a experiência comum da exploração e a identificação de interesses sociais contraditórios produzem identidades e transformam a consciência coletiva pode ser aplicada a uma gama muito mais ampla de fenômenos e contextos. Particularmente se entendermos “exploração” como toda forma de percepção sobre a ilegitimidade da desigualdade social, e “interesse” para além de uma dimensão estritamente material.

A dimensão cultural do processo de formação de classe é outro aspecto a ser destacado na obra de Thompson. O autor manteve com o conceito de “cultura” uma relação tensa. De um lado, no capítulo conclusivo de *A formação*, identificou “o radicalismo popular” da década de 1820 como uma “cultura intelectual” que gerou “uma nova forma de consciência dos trabalhadores em relação aos seus interesses e à sua situação enquanto classe” (Thompson, 1987c: 303). Essa formação cultural tinha como base um grande esforço de autoinstrução:

Um sapateiro, que aprendera a ler pelo Antigo Testamento, ia se aperfeiçoar com a Idade da Razão; um mestre-escola, cuja instrução não o levava muito além de homilias religiosas, tentaria Voltaire, Gibbon, Ricardo; aqui e ali, líderes radicais locais, tecelões, livreiros, alfaiates reuniriam

pillas de periódicos radicais e aprenderiam a usar as publicações oficiais do Parlamento; diaristas analfabetos nem por isso deixavam de ir, todas as semanas, a um bar onde lia-se em voz alta e discutia-se o editorial de Cobbett (Thompson, 1987c: 304).

A atuação dos “cantadores de baladas”, dos “homens dos calendários”, além do teatro e dos cartuns, ampliava o alcance dessa cultura centrada nos artesãos radicais (Thompson, 1987c: 333). O resultado foi uma “autoconsciência coletiva” que Thompson identificou como “o grande ganho espiritual da Revolução Industrial”, gerando “a cultura popular mais destacada que a Inglaterra conheceu” (1987c: 438, 440).

Apesar de todo esse destaque a questões culturais em *A formação*, na introdução de *Costumes em comum*, Thompson alertou contra os riscos inerentes ao conceito de cultura, “com sua invocação confortável de um consenso”, que “pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto”. Adotou, porém, o termo “cultura plebeia” num sentido descritivo, “mais concreto e utilizável”, situado em “um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência” (Thompson, 2005: 17). Nela, seria possível distinguir “o delineamento das subseqüentes formações de classe” (2005: 21). Thompson destaca que a existência de certa margem de autonomia cultural por parte da plebe era uma particularidade do século XVIII inglês. A *gentry* exercia uma hegemonia laica, e a lei, ao contrário da hegemonia religiosa, “não penetra nos lares rurais, não aparece nas preces das viúvas, não decora as paredes com ícones, nem dá forma à perspectiva de vida de cada um” (2005: 19).

Esta breve recapitulação teve como objetivo sistematizar as múltiplas facetas nas quais a obra de E. P. Thompson redefiniu o debate sobre o conceito de classe. Na próxima seção, analisaremos as críticas e limitações presentes em alguns aspectos da formulação thompsoniana original, assim como as contribuições de diversos autores para a sua superação.

ALARGANDO AS FRONTEIRAS DA CLASSE

Em que pese a persistente força inspiradora do modelo thompsoniano de formação de classe, ao longo das últimas décadas novas indagações e desafios se colocaram para os pesquisadores. Comentarei aqui três aspectos desse debate: a) a relação entre classe e questões “identitárias”, tais como gênero, raça, etnicidade, nação e religião; b) a tensão entre “mercantilização” e “não-mercantilização” do trabalho; c) a problematização da relação entre cultura, direito e cidadania quando confrontada com contextos históricos de caráter colonial e fenômenos transnacionais.

Algumas das mais importantes críticas às limitações da abordagem de Thompson estão relacionadas a questões de gênero. Joan Scott (1999) destacou que em *A formação* as mulheres não apenas estão sub-representadas, mas aparecem geralmente em funções secundárias (bordando bandeiras das associações operárias, por exemplo) ou por meio de personagens “históricas” (como a líder messiânica Johanna Southcott). Embora seja possível identificar no livro de Thompson exemplos que relativizam algumas dessas críticas, é verdade que a desigualdade de gênero não aparece nele como uma dimensão intrínseca ao processo de formação de classe.

A incorporação da temática racial é outro desafio central. Conforme aponta David Roediger (1991: 9),

As perspectivas neomarxistas que nos últimos vinte anos vieram a dominar o estudo da classe trabalhadora, personificadas nos Estados Unidos por Herbert Gutman e na Grã-Bretanha por E. P. Thompson, deveriam nos ajudar a colocar em questão qualquer teoria que sustente que o racismo simplesmente escorre para baixo na estrutura de classes a partir das altitudes dominantes onde ele é criado.

A fim de integrar classe e raça, Roediger (1991) recorre à formulação de W. E. B. Du Bois sobre os “salários de brancura”, ou seja, o fato de que “status e privilégio conferidos pela raça podem ser usados para mascarar relações de classe alienantes e exploradoras” para os trabalhadores brancos. Esse repensar sobre raça também incide no reexame do tema das relações étnicas no processo de formação da classe trabalhadora norte-americana. Para o autor, “a separação rígida entre raça-enquanto-genes e etnicidade-enquanto-cultura” tende a obscurecer o fato de o quanto os dois elementos estão historicamente imbricados, tanto pelas concepções que constroem hierarquias “biológicas” dos grupos de imigrantes quanto pelo fato de que “raça dizia respeito tanto a ‘sangue’ quanto a cultura – hereditariedade e ambiente – no início do século XX” (Roediger, 2005: 32).

Roediger critica as duas visões mais usuais dos marxistas sobre o tema. A primeira, de que “os interesses materiais estruturam as tendências excludentes dos trabalhadores brancos”, tenderia a “mitigar o histórico de racismo” desses trabalhadores e seus sindicatos. A segunda, de que “a experiência comum da exploração de classe unifica os trabalhadores cruzando as linhas raciais”, revela-se uma generalização otimista abusiva. O avanço da historiografia mais recente estaria justamente em evitar essa polarização, analisando de forma concreta “os fatores específicos encorajando a unidade interracial de um lado e aqueles que encorajam a exclusão de outro lado” (Roediger, 1997: 81-82). Leon Fink também identifica a análise “da complexidade, das divisões e da hierarquia interna percebidas, e mesmo da subordinação explícita de pessoas

por raça e gênero dentro das ‘comunidades’ trabalhadoras” como uma contribuição fundamental da “Nova História do Trabalho”, baseada “na premissa da capacidade essencial das pessoas comuns para agir (para o bem ou para o mal) por si mesmas” (Fink, 2012: 16).

Em trabalho mais recente em parceria com Elizabeth Esch, Roediger analisa a centralidade da questão racial nas origens dos modernos sistemas de gestão industrial, apontando a complexa e contraditória relação entre dois objetivos centrais do capital: de um lado, “produzir a diferença e a divisão” dos trabalhadores, por meio da classificação racial, étnica e de gênero; de outro, criar um sistema de “movimentos padronizados e intercambiáveis realizados por todos os trabalhadores” (Roediger e Esch, 2012: 8).

É interessante observar como reflexões de alguns dos autores clássicos no campo podem também contribuir para esse debate. Hobsbawm e Ranger já apontavam que a naturalização de desigualdades com recurso à “ciência” desencadeada a partir do final do século XIX poderia se vista como uma forma de conter o potencial efeito subversivo da igualdade jurídica. As tradições inventadas “reintroduziam o *status* no mundo do contrato social, o superior e o inferior, num mundo de iguais perante a lei” (Hobsbawm e Ranger, 1984: 18). Como comenta Arno Mayer, as novas desigualdades se combinavam à persistência das antigas. De um lado, “os axiomas do iluminismo” eram “obrigados a se adaptar à preexistente concepção de mundo do antigo regime autocrático, que primou em distorcê-los e neutralizá-los”. De outro, o darwinismo social lhes proporcionava “apoio pseudocientífico para as antigas classes dominantes e governantes” em cuja “mentalidade elitista [...] a ideia de desigualdade estava profundamente enraizada” (Mayer, 1990: 267, 276).

Como, então, conceber o processo de formação de classe perpassado por múltiplos vetores de identidade e por desigualdades internas? Eley e Nield reconhecem a contribuição das correntes historiográficas que destacam o papel da linguagem, que por meio da “fala ininteligível da interpelação” estabelecem múltiplas formas de auto-reconhecimento:

como cidadãos, trabalhadores, consumidores, pais, seres sexuais, entusiastas de esportes e hobbies, públicos para música e cinema, pessoas que acreditam em credos religiosos e outros, gerações, objetos de políticas públicas e vigilância, sujeitos de raça e nação etc. (Eley e Nield, 2013: 160).

Diante dessa multiplicidade de identidades possíveis, é necessário reconhecer que a articulação com base na classe implica muitas vezes “silêncios e exclusões”. Há uma tensão permanente entre “a qualidade fragmentária, complexa, não-fixa de posições de identidade ou sujeito” e a ação política como “o esforço de domesticação da infinitude da identidade” (Eley e Nield, 2013: 160). Para Kirk (1998: 228), não se trata de “conceber a classe trabalhadora

como uma totalidade cultural fechada”, mas sim de vê-la como “um espaço de mudanças [...] marcado pela tensão permanente entre elementos integradores e desintegradores”.

Outro aspecto fundamental das revisões teóricas sobre o processo de formação da classe trabalhadora diz respeito à tensão entre mercantilização e “desmercantilização” do trabalho. Marcel van der Linden (2005: 13) propõe um alargamento da concepção de Marx, que via como única forma de relação de trabalho “verdadeiramente capitalista” aquela na qual “um indivíduo livre” que “não tem outra mercadoria para vender” pode apenas “dispor da sua força de trabalho como sua própria mercadoria”. Criticando essa visão teleológica, Linden constrói um modelo que diferencia as condições de “portador” e de “possuidor” da força de trabalho, e identifica situações “autônomas” e “heterônomas” em que o trabalhador “vende a sua própria força de trabalho” ou “não vende a sua própria força de trabalho”. Assim, é possível analisar situações tão variadas quanto a escravidão de plantel, o trabalho infantil contemporâneo e o trabalho “por conta própria” com relações “plenamente capitalistas”. Do ponto de vista do ciclo econômico, a visão marxista clássica implicava também a ideia de que os trabalhadores “trocaram a sua força de trabalho por dinheiro” para então consumir alimentos e outros bens de consumo, reproduzindo assim “sua força de trabalho, que podem então vender novamente ao empregador”. Linden (2005: 22-23) questiona essa visão abstrata, que “sugere que o consumo dos salários recebidos pelo empregado não requer trabalho” e recorre à crítica feminista para destacar que “o trabalho assalariado não pode existir sem o trabalho de subsistência”.

As contribuições de Mike Savage também se coadunam com esse alargamento do entendimento sobre a condição de classe dos trabalhadores. Para “o traço distintivo da vida operária” está na *insegurança estrutural* decorrente da “retirada dos meios de subsistência das mãos dos trabalhadores”, que os obriga a desenvolver estratégias para lidar com “a aguda incerteza da vida diária”. Essa condição comum não implica necessariamente a “união do operariado, em detrimento de suas rivalidades internas” (Savage, 2004: 33). Para que a formação de classe ocorra, é necessária uma “dinâmica dual” entre “redes sociais de largo alcance, ligando membros da classe através de lugares diferentes” e “vínculos densos que permitem a criação de identidades solidárias e comunais” (Savage, 2011: 19).

É possível identificar pontos de contato entre o conceito de estratégia em Savage e a busca de superação de visões teleológicas opondo lógicas sociais “tradicionais” e “modernas” por parte de Giovanni Levi. Conforme aponta Levi (1988: XV),

os sistemas normativos, tanto aqueles estabelecidos há muito tempo quanto aqueles em formação, deixam lacunas, interstícios nos quais tanto grupos quanto indivíduos colocam em ação suas próprias estratégias consequentes. Essas estratégias deixaram marcas duradouras na realidade política. Elas não evitaram as formas de dominação, mas as condicionaram e modificaram.

O autor vincula sua abordagem à “sugestão de Karl Polanyi de classificarmos as economias de acordo com as formas prevalentes de integração”, ou seja, à proposta de inserir a economia “no âmbito das relações entre o fluxo material dos bens e as esferas político-culturais e das relações sociais gerais” (Levi, 2000: 155).

A obra de Polanyi, de fato, tem se sido revisitada por autores que buscam complementar a visão marxista sobre a formação da classe trabalhadora a partir da mercantilização do trabalho com a tendência diametralmente oposta, ou seja, a resistência à redução do trabalho à condição de mercadoria. Para Polanyi, a definição do trabalho (assim como da terra e da moeda) como mercadoria é uma ficção criada pela ideologia do mercado auto-regulável associada ao utilitarismo liberal do século XIX. O autor argumenta que o “trabalho é apenas um outro nome para atividade humana que acompanha a própria vida” e que, ao contrário das “mercadorias reais”, essa atividade “não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada” (Polanyi, 1980: 94). Comenta ainda que, fosse de fato uma mercadoria, o comportamento natural do trabalho seria “recusar-se a vender abaixo do preço que o comprador pode se permitir pagar”, e isso significaria que a sua “principal obrigação” seria “estar em greve quase que continuamente” (Polanyi, 1980: 269).

Para Beverly Silver, a abordagem de Polanyi possibilita analisar a trajetória dos movimentos de trabalhadores como um “movimento pendular” em que o avanço da mercantilização do trabalho no século XIX provoca “movimentos fortes de demanda de proteção” na forma de “uma militância trabalhista crescente”. Após duas guerras mundiais e a Grande Depressão, o pêndulo teria oscilado na direção da desmercantilização com a criação do Estado de Bem-Estar Social e a expansão dos direitos sociais (Silver, 2005: 33). Burawoy elaborou, a partir da conceituação de Polanyi, um esquema gráfico de três ondas de mercantilização do trabalho (1795-1914; 1914-1973; 1973-?), com os respectivos contra-movimentos de defesa dos direitos de trabalhadores (Burawoy, 2014: 40). Outro influente autor que recorre a Polanyi (e a Thompson) como inspiração para a superação do “discurso teleológico marxista da luta de classes” é James Scott, conhecido por seus trabalhos enfatizando o conceito de resistência e as “armas dos fracos” (Scott, 2010: 7). Ecos da visão de Polanyi sobre a autoproteção da sociedade contra a tendência de subordinação à lógica de mercado podem ser identificados nas análises de Naomi Klein sobre os pontos de convergência de uma infinidade de movimentos sociais rotulados de “antiglobalização”:

À medida que nossos espaços comunais – praças, ruas, escolas, fazendas, plantas – são deslocados pela expansão do mercado, um espírito de resistência está ganhando forma por todo o mundo. As pessoas estão reivindicando pedaços da natureza e da cultura e dizendo ‘isso vai ser espaço público’ (Klein, 2001: 82).

A complexa relação entre elementos “capitalistas” e “pré-capitalistas”, “modernos” e “tradicionais”, também pode ser analisada de outra perspectiva. Conforme destaca Hobsbawm, ao contrário do que imaginam as abordagens funcionalistas, elementos fundamentais da ordem capitalista, como a própria disciplina fabril, não foram produzidos pela indústria moderna, mas por valores sociais de uma ordem anterior. O avanço da mercantilização da vida social, nesse sentido, também pode solapar o funcionamento do sistema:

O capitalismo tomou como certa a atmosfera em que operava, e que herdara do passado. Em outras palavras, o capitalismo venceu porque não era apenas capitalista. Maximização e acumulação de lucros eram condições necessárias para o seu sucesso, mas não suficientes (Hobsbawm, 1996: 336).

O terceiro e último tópico no qual podemos identificar contribuições recentes para a renovação da compreensão sobre os processos de formação de classe diz respeito, de um lado, à relação entre cultura, direitos e cidadania no interior de um espaço nacional delimitado e, de outro, aos desafios colocados a essa conexão diante de contextos históricos de caráter colonial e de fenômenos transnacionais.

Comentamos no item anterior que a conexão entre cultura e direitos desempenha um papel fundamental na narrativa de Thompson sobre o processo de formação de classe. A margem de autonomia cultural da plebe britânica do século XVIII num contexto de exercício da hegemonia da *gentry* com base no direito explicaria tanto a lógica da “economia moral” dos motins marcados pela mimetização de procedimentos jurídicos quanto a tradição de reivindicação de direitos com base na identidade coletiva de “ingleses nascidos livres”. Processos de exclusão e inclusão na comunidade política nacional, ou seja, na cidadania, estabelecem alguns dos marcos fundamentais desse processo. É o que ocorre com a reforma eleitoral de 1832, ponto final da narrativa de “A formação”, implementada com a finalidade de incorporar a classe média ao sistema político enquanto os trabalhadores eram mantidos à margem dos processos decisórios.

A aparente universalidade desse modelo, entretanto, pode ser enganosa. Dipesh Chakrabarty, membro do grupo indiano dos “estudos subalternos”, critica os excessos ocorridos na transposição de noções europeias como “cidadania” e “trabalho” para o exame da história de grupos sociais dominados em países periféricos. Em seu modo de ver, a irredutibilidade das diferenças culturais aos padrões dos dominantes é condição para o desenvolvimento de ações políticas que produzam fissuras nas estruturas de dominação vigentes, ao invés de reproduzi-las e legitimá-las. Há sempre o risco de que, ao se “traduzir” processos históricos particulares para inseri-los em metanarrativas globais, como a “história do trabalho” ou a “conquista da cidadania”, o traduzido perca aquilo que define a sua identidade. O próprio

Chakrabarty (1997: 54) pondera, entretanto, que lidar com o fosso existente entre a particularidade e a conquista de direitos faz parte da experiência subalterna, já que “não se pode discutir com a burocracia moderna e outros instrumentos de governabilidade sem o recurso ao tempo secular e às narrativas da história e da sociologia”.

Numa outra perspectiva, Peter Linebaugh também criticou o “nacionalismo metodológico” dos historiadores oriundos do grupo de História do Partido Comunista Britânico. Para ele, Hobsbawm identificou um “atraso” no desenvolvimento do capitalismo industrial britânico no século XVII, enquanto Thompson apontou para uma lacuna de 150 anos nos debates sobre a democracia entre a classe operária inglesa (meados do século XVII a fins do século XVIII). Para Linebaugh (1983: 43-44), contudo, o que “de um ponto de vista europeu pode aparecer como um ‘atraso’, de uma perspectiva atlântica poderia aparecer como a generalização oceânica da teoria e prática da democracia antinômica”, que tinha como uma de suas bases a “recusa generalizada ao trabalho assalariado”. O desenvolvimento dessa perspectiva atlântica do processo de formação de classe esteve na base da empreitada posterior de Linebaugh em parceria com Markus Rediker em *A hidra de muitas cabeças* (2000). Outra linha de desenvolvimento de uma abordagem do processo de formação de classe de natureza transnacional pode ser identificada nos esforços de Beverly Silver, juntamente com Giovanni Arrighi, para integrar a perspectiva dos historiadores marxistas britânicos com a teoria do sistema-mundo (Arrighi, 2001). Conforme destaca Burawoy (2003: 240-241), as abordagens de Silver e Arrighi “trazem Gramsci para a análise de sistema-mundo de Polanyi de forma particularmente interessante”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou explorar os desafios colocados à atualização das análises sobre o processo histórico de formação da classe trabalhadora. Partimos de algumas considerações sobre o contexto político e intelectual no qual se configuraram as bases da expansão das pesquisas sobre história do trabalho no Brasil a partir da década de 1980. Num segundo momento, resgatamos alguns elementos que consideramos ainda pouco explorados da abordagem thompsoniana, tais como as duas dimensões de classe (como “fenômeno histórico” e como “categoria heurística”) e a relação entre classe e cultura.

Por fim, elencamos as contribuições recentes de diversos autores visando oferecer respostas inovadoras a temas como: a) a relação entre classe, gênero, raça e outros elementos identitários, b) a tensão constitutiva entre mercantilização e desmercantilização do trabalho no processo de formação de classe, e c) as conexões entre cultura, direitos, cidadania e classe

nos contextos nacionais e a necessidade de relativização dessas conexões em contextos coloniais e transnacionais.

Dialogamos com um conjunto variado de autores, sem pretender esgotar o universo de contribuições substantivas e pertinentes. A primeira constatação é que, se os desafios são grandes e multifacetados, as bases para o seu enfrentamento são ricas e sólidas. Basta adotarmos uma visão histórica flexível e abrangente, baseada na definição de formação de classe como processo de produção de identidades geradas a partir da distribuição desigual de bens materiais e simbólicos. Ele envolve, no polo dominante, a naturalização dessa desigualdade por meio da construção de hierarquias sociais baseadas tanto na exploração objetiva do trabalho alheio quanto em estereótipos de base biológica ou cultural. A luta de classe, no sentido “mais universal” proposto por Thompson, implica portanto todas as formas de contestação às múltiplas expressões dessa ordem social desigual. Essa definição permite articular dimensões culturais e institucionais, formais e informais, de âmbito local, nacional e transnacional. Permite também integrar as lutas por aumento de poder de barganha dos trabalhadores submetidos à mercantilização da sua força de trabalho e as lutas de resistência contra esse processo de mercantilização. Reconhecer a dinâmica intercambiável do fluxo entre bens materiais e simbólicos nas relações de classe não implica reduzir questões como gênero e raça à dimensão de classe, mas indica que as formações históricas de classe não podem ser compreendidas desconsiderando o papel fundamental dessas e de outras formas de naturalização da desigualdade.

Longe de oferecer respostas conclusivas para as questões indicadas, buscamos esboçar um mapa do terreno atual e identificar pistas sobre novos territórios férteis para a exploração pela produção historiográfica atual e futura.

NOTA

1 Por razões de espaço, nos limitamos aqui a mapear um conjunto de autores e conceitos relevantes para o tópico. Para a análise de como essas influências se expressaram na historiografia brasileira, ver Negro e Gomes (2006), Chalhoub e Silva (2009) e Fortes e French (2013).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, Giovanni. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora UFRJ, 2001.

BURAWOY, Michael. *Manufacturing consent: changes in the labor process under monopoly capitalism*. Chicago: University of Chicago Press, 1979.

_____. For a sociological marxism: the complementary convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi. *Politics & Society*, 31(2), 2003, p. 193-261.

_____. Marxism after Polanyi. In: Williams M. & Satgar V. (org.) *Marxisms in the 21st century: crisis, critique & struggle*. Johannesburg: Wits University Press, 2014, p. 35-52.

CASTORIADIS, Cornelius. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CHAKRABARTY, D. Time of history and time of gods. In; LOWE, L. & LLOYD, D. (org.). *The politics of culture in the shadow of capital*. NC/London: Duke University Press, 1997, p. 48-54.

CHALHOUB, Sidney & SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, v.14, n.26, 2009, p.13-45.

ELEY, Geoff & NIELD, Keith. Adeus à classe trabalhadora? *Revista Brasileira de História*, 33, 2013, p. 35-179.

FINK, Leon. A grande fuga: como um campo sobreviveu a tempos difíceis. *Revista Brasileira de História*, 32, 2012, p. 15-25.

FORTES, Alexandre. O direito na obra de E. P. Thompson. *História Social*, 2, 1995, p. 89-111.

_____. "Miriades por toda a eternidade": a atualidade de E. P. Thompson. *Tempo Social*, 18(1), 2006 p. 197-215.

_____. Formação de classe e participação política: E. P. Thompson e o populismo. *Anos 90*, 17(31), 2010, p. 173-195.

_____. Razão e paixão na construção de uma historiografia engajada: uma homenagem a Eric J. Hobsbawm e E. P. Thompson. *Projeto História*, 48, 2013, p. 1-23.

_____ & FRENCH, John D. Sobre encanadores e filósofos: fazendo história do trabalho no Brasil. In: FORTES, Alexandre; PETERSEN, Silvia; LIMA, Henrique Espada; XAVIER, Regina Célia (org.). *Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013, pp. 17-28.

FRENCH, John. A história latino-americana do trabalho hoje: uma reflexão autocrítica. *História-Unisinos*, 6(6), 2002, p. 11-28.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

GUATTARI, Félix. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GUTMAN, Herbert G. *Work, culture, and society in industrializing America: essays in American working-class and social history*. New York, Knopf: distributed by Random House, 1976.

_____. *The black family in slavery and freedom, 1750-1925*. New York: Vintage Books, 1977.

HOBBSAWM, Eric. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. A formação da cultura da classe operária britânica. In: _____ (org.). *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. O fazer-se da classe operária, 1870-1914. In: _____ (org.) *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Mundos do trabalho. Novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Ecos da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- _____. & RANGER, Terence (org.) *Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- KIRK, Neville. *Change, continuity and class. Labour in British society (1850-1920)*. Manchester/New York: Manchester University Press, 1998.
- KLEIN, Naomi. Reclaiming the commons. *New Left Review*, 9, 2001, p. 81-89.
- LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2(1), 1986, p. 41-47.
- LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LEVI, G. *Inheriting power: the story of an exorcist*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- _____. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LINDEN, Marcel van der. Globalizando a historiografia das classes trabalhadoras e dos movimentos operários: alguns pensamentos preliminares. *Trajeto – Revista de História da UFC*, 1(2), 2002, p. 9-24.
- _____. Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial. *História (São Paulo)*, 24, 2005, p. 11-40.
- _____. História do trabalho: o velho, o novo e o global. *Revista Mundos do Trabalho*, 1(1), 2009, p. 11-26.
- LINEBAUGH, Peter. Todas as montanhas atlânticas estremeçeram. *Revista Brasileira de História*, 3(6), 1983, p. 7-46.
- _____. & REDIKER, Markus. *The many-headed hydra: sailors, slaves, commoners, and the hidden history of the revolutionary Atlantic*. Boston: Beacon Press, 2000.
- LINHART, Robert. *Lenin, os camponeses, Taylor*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. *Greve na fábrica*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- MARGLIN, S. Origem e funções do parcelamento das tarefas. Para que servem os patrões? In: GORZ, André (org.). *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- MATTOS, Olgária. A experiência da autonomia operária na Itália. Depoimento de Massimo Canevacci – Parte I. *Desvios*, 4, 1985, p. 124-133.
- _____. A experiência da autonomia operária na Itália. Depoimento de Massimo Canevacci – Parte II. *Desvios*, 5, 1986, p. 126-134.
- MAYER, Arno. *A força da tradição – A persistência do Antigo Regime (1848-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- MELUCCI, Alberto. 1980. The new social movements: a theoretical approach. *Social Science Information*, 19(2), 1980, p. 199-226.
- _____. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, 17, 1989, p. 49-66.
- MONTGOMERY, David. *Workers' control in America: studies in the history of work, technology, and labor struggles*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1979.
- _____. *The fall of the house of labor: the workplace, the State, and American labor activism, 1865-1925*. New York/Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- _____. *Citizen worker: the experience of workers in the United States with democracy and the free market during the nineteenth century*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1993.

NEGRI, Antonio. *Del obrero-masa al obrero social: entrevista sobre el obrerismo*. Barcelona: Anagrama, 1980.

NEGRO, Antonio Luigi & GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo social*, vol. 18, n. 1, 2006.

OFFE, Claus. New social movements: challenging the boundaries of institutional politics. *Social Research*, 52(4), 1985, p. 817-868.

PERRON, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

POLANYI, Karl. *A grande transformação – as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

ROEDIGER, David. *The wages of whiteness: race and the making of the American working class*. London/New York: Verso, 1991.

_____. What if labor were not white and male? Recentering working-class history and reconstructing debate on the unions and race. *International Labor and Working-Class History*, 51, 1997, p. 72-95.

_____. *Working toward whiteness: how America's immigrants became white: the strange journey from Ellis Island to the suburbs*. New York: Basic Books, 2005.

_____. & ESCH, Elizabeth. *The production of difference: race and the management of labor in U.S. history*. New York: Oxford University Press, 2012.

SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando e FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004, p. 25-48.

_____. Espaço, redes e formação de classe. *Revista Mundos do Trabalho*, 3(5), 2011, p. 28.

SCOTT, James. James Scott on agriculture as politics, the dangers of standardization and not being governed. *Theory Talks*, 2010. Disponível em: <http://www.theory-talks.org/2010/05/theory-talk-38.html>. Acesso em 13 de agosto de 2016.

SCOTT, Joan. Women in the making of the English working class. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1999, p. 68-90.

SILVER, Beverly. *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*, v. I, *A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

_____. *A formação da classe operária inglesa*, v. II, *A maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.

_____. *A formação da classe operária inglesa*, v. III, *A força dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987c.

_____. La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases? In: *Tradicón, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.

_____. Introdução: Costume e cultura. *Costumes em comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 13-24.

TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos. *Lua Nova*, 17, 1989, p. 5-18.

TRONTI, Mario. *Operários e capital*. Porto: Afrontamento, 1976.

WILLIAMS, R. *Palavras-chave. Um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.